

PROCESSO Nº 013/2024

CONTRATO Nº 006/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A - ABGF E O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL ALESSANDRO RODRIGUES SOARES 73386200168.

A AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. – ABGF, empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco A, 10º Andar, Sala 1002, Edifício Corporate Center, Brasília-DF, CEP:70710-000, cadastrada no CNPJ/MF sob o nº 17.909.518/0001-45, representada por sua Presidente, **MAÍRA MADRID BARBOSA DA SILVA**, [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED], portadora do RG nº [REDACTED], e do CPF nº ***.025.808-**, empossada no dia 18 de março de 2024, e eleita pelo Conselho de Administração no dia 07 de março de 2024, e pela Diretora Administrativa e Financeira, **ADRIANA PARANHOS PINTO**, [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED], portadora do RG nº [REDACTED], e do CPF nº ***.980.028-**, empossada no dia 02 de abril de 2024, e eleita pelo Conselho de Administração no dia 26 de março de 2024, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado o Microempendedor Individual **ALESSANDRO RODRIGUES SOARES 73386200168**, inscrito no **CNPJ nº 24.871.569/0001-90**, com endereço na Av. Jequitiba, nº 685, Loja 34, Águas Claras – Brasília-DF, CEP: 71929-540, doravante denominado **CONTRATADO**, neste ato, representada por seu [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED], portador(a) do Registro Geral nº [REDACTED], inscrito(a) no CPF sob o nº [REDACTED], resolvem celebrar o presente Contrato, em conformidade com o que consta do Processo Administrativo nº 013/2024-ABGF, referente à Dispensa de Licitação nº 90009/2024, e com fundamento na Lei nº 13.303/2016, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação do serviço, sob demanda, de emissão de certificações digitais convencionais (Tipo A1 e A3) e emissão de Certificado Digital para servidores (equipamentos), para atender às necessidades da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF.

CLÁUSULA SEGUNDA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1 Os serviços serão divididos em 08 (oito) itens, conforme especificações abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO/DESCRIÇÃO
1	Certificado Digital e-CNPJ do tipo A1 com validade de 01 (um) ano
2	Certificado Digital e-CNPJ do tipo A3 com validade de 01 (um) ano e fornecimento de token homologado pela ICP – Brasil
3	Certificado Digital e-CNPJ do tipo A3 com validade de 01 (ano) sem fornecimento de token
4	Certificado Digital e-CPF do tipo A1 com validade de 01 (um) ano
5	Certificado Digital e-CPF do tipo A3 com validade de 01 (um) ano e fornecimento de token homologado pela ICP – Brasil
6	Certificado Digital e-CPF do tipo A3 com validade de 01 (um) ano sem fornecimento de token
7	Certificado SSL para servidor (equipamento) com validade de 01 (um) ano
8	Serviço de visita nas dependências da ABGF para coleta de biometria

2.2 A execução dos serviços previstos ocorrerá sob demanda e deverão ser agendados de acordo com a disponibilidade dos funcionários que serão certificados, e estes deverão apresentar toda a documentação exigida pela ICP-Brasil.

2.2.1 O **CONTRATADO** terá um prazo de 07 (sete) dias para correção de defeitos que resultem em funcionamento incorreto ou em desconformidade com as especificações e padrões dos certificados digitais, desde que o erro ou falha, comprovadamente, não se dê em função de falhas ou uso incorreto.

CLÁUSULA TERCEIRA – QUANTIDADE DOS SERVIÇOS

3.1 Os serviços deverão ser prestados, conforme quantidades informadas na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO/DESCRIÇÃO	Quantidade
1	Certificado Digital e-CNPJ do tipo A1 com validade de 01 (um) ano	4
2	Certificado Digital e-CNPJ do tipo A3 com validade de 01 (um) ano e fornecimento de token homologado pela ICP – Brasil	4
3	Certificado Digital e-CNPJ do tipo A3 com validade de 01 (um) ano sem fornecimento de token	6
4	Certificado Digital e-CPF do tipo A1 com validade de 01 (um) ano	4
5	Certificado Digital e-CPF do tipo A3 com validade de 01 (um) ano e fornecimento de token homologado pela ICP – Brasil	20
6	Certificado Digital e-CPF do tipo A3 com validade de 01 (um) ano sem fornecimento de token	30
7	Certificado SSL para servidor (equipamento) com validade de 01 (um) ano	2
8	Serviço de visita nas dependências da ABGF para coleta de biometria	10

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EMISSÃO DOS CERTIFICADOS DIGITAIS

4.1 O **CONTRATADO** deverá emitir a Certificação Digital no prazo máximo de até 05 (cinco) dias corridos após a solicitação, contados da data de emissão da Ordem de Serviços- **Anexo I**.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

5.2 Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do serviço, que estiver em desacordo com as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**.

5.3 Permitir o acesso dos empregados do **CONTRATADO**, desde que devidamente identificados, às suas dependências, para execução de serviços referentes ao objeto contratado, se necessário.

5.4 Fiscalizar o cumprimento das obrigações do **CONTRATADO**, inclusive quanto a não interrupção dos serviços prestados.

5.5 Atestar as faturas correspondentes, por intermédio de funcionário designado para essa finalidade.

5.6 Comunicar formal, circunstanciada e tempestivamente ao **CONTRATADO**, qualquer anormalidade havida durante a execução deste Contrato.

5.7 Rejeitar, com a devida justificativa, a prestação do serviço do objeto desta contratação, entregues fora das especificações descritas no Termo de Referência, e

neste Contrato, arcando o **CONTRATADO** com ônus decorrente do fato.

5.8 Suspender o pagamento da Nota Fiscal se houver obrigação contratual pendente por parte do **CONTRATADO**, no tocante à inexecução ou a não prestação a contento do serviço, até a completa regularização.

5.9 Responsabilizar-se pelos pagamentos dos serviços recebido dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência, e neste Contrato.

5.10 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pelo **CONTRATADO**.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADO

6.1 Fornecer o objeto desta contratação sempre dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pelas boas práticas.

6.2 O **CONTRATADO** deverá fornecer, antes do início da prestação dos serviços, planilha contendo os nomes, telefones e endereços eletrônicos (e-mail) das pessoas ou áreas responsáveis pelo atendimento à **CONTRATANTE**.

6.3 Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à **CONTRATANTE**.

6.4 Comunicar à **CONTRATANTE** qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao serviço, objeto desta contratação e prestar os esclarecimentos cabíveis.

6.5 Manter, durante a prestação de serviço, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência, e neste Contrato.

6.6 O **CONTRATADO** é responsável pela validade e autenticidade da certificação emitida, bem como pela configuração do token que será entregue à **CONTRATANTE**, conforme os itens estabelecidos no Termo de Referência.

6.7 O **CONTRATADO** deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, e neste Contrato assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

6.8 Não transferir, sob qualquer pretexto, a responsabilidade para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

6.9 Não transferir a outrem no todo ou em parte o objeto do Termo de Referência, e deste Contrato.

- 6.10 Acatar as determinações feitas pela fiscalização da **CONTRATANTE** no que tange ao cumprimento do objeto desta contratação.
- 6.11 Respeitar o sistema de segurança da **CONTRATANTE** e fornecer todas as informações solicitadas por ele relativas ao cumprimento do objeto.
- 6.12 Caso o **CONTRATADO** não cumpra de forma integral o contrato, cause danos a integridade dos serviços prestados a **CONTRATANTE** poderá suspender unilateralmente o pagamento mensal e solicitar o encerramento deste Contrato sem quaisquer multas e/ou encargos adicionais.
- 6.13 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 6.14 Atender prontamente a quaisquer exigências da **CONTRATANTE**, inerentes ao objeto proposto.
- 6.15 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução deste Contrato.
- 6.16 O **CONTRATADO** deverá assinar o Termo de Confidencialidade e Sigilo (**Anexo II**), de modo a zelar e responder pela privacidade e sigilo das informações, de modo a assegurar que as informações de propriedade da **CONTRATANTE** não sejam divulgadas a terceiros sem previa autorização.
- 6.17 O **CONTRATADO** deverá assinar a Declaração de Vedação ao Nepotismo (**Anexo III**), declarando que seus sócio(s), dirigente(s) ou administrador(es) não é(são) empregado(s) ou dirigente(a) não possui(em) vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos dos artigos 1.591 a 1.595 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil).
- 6.18 O **CONTRATADO** deverá assinar o (**Anexo IV**), relativo à Conformidade das Disposições da Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, no que toca ao tratamento de dados pessoais necessário para execução desta contratação.
- 6.19 O **CONTRATADO** deverá assinar a Declaração de Partes Relacionadas (**Anexo V**), que trata da Política de Partes Relacionadas, declarando que a empresa não possui em seu quadro de administração, pessoa com influência relevante ou envolvida em decisão de interesse exclusivo da ABGF.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Nos termos dos artigos 82 a 84 da Lei nº 13.303/16, em decorrência de atraso injustificado na execução deste Contrato, ou, ainda, pela sua inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas ao **CONTRATADO**, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa, na forma prevista neste Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a ABGF, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

7.2 A advertência e a suspensão poderão ser aplicadas juntamente com a multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

7.3 As multas poderão ser de natureza moratória ou compensatória, e poderão ser aplicadas cumulativamente, desde que seja aberto processo administrativo para este fim.

7.4 Na aplicação das multas, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório, deverá ser observado o princípio da proporcionalidade estritamente necessário ao atendimento do interesse da ABGF, tendo por parâmetro os seguintes percentuais:

- a) de 0,2% (dois décimos por cento) a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, no caso de multa moratória e,
- b) até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor inadimplido deste Contrato, para multa compensatória.

7.5 Caso a multa seja superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o **CONTRATADO** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela à ABGF ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.6 A multa a que alude esta cláusula não impede que a **CONTRATANTE** rescinda este contrato e aplique outras sanções previstas na Lei nº 13.303/16.

7.7 Em consonância ao disposto no art. 84, da Lei nº 13.303/2016, as sanções previstas na alínea “c”, do subitem **7.1** poderão ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a ABGF em virtude de atos ilícitos praticados.

7.8 Se a falha detectada ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela **CONTRATANTE** o **CONTRATADO** ficará isento das penalidades mencionadas nesta Cláusula.

7.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário ou contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303, de 2016, nos normativos internos da **CONTRATANTE** e, supletivamente, na Lei nº 9.784, de 1999.

7.10 Na aplicação das sanções, a **CONTRATANTE** levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.11 As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, por força do inciso III do art. 34 da Instrução Normativa Nº 3, de 26 de abril de 2018, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

7.12 Sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e das demais cominações legais e contratuais cabíveis, o **CONTRATADO** será obrigado a reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR CONTRATUAL

8.1 O valor deste Contrato será de **R\$ 12.770,00 (doze mil e setecentos e setenta reais)**.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes desta contratação à conta do Programa de Dispêndios Globais – PDG 2024/2025/2026, sob a Rubricas Orçamentárias: 2.204.030.100 – Tecnologia da Informação – Material de Consumo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO

10.1 Nos termos do art. 71 da Lei nº 13.303/2016, o prazo de duração deste Contrato será de 02 (dois) anos, contado a partir da data de sua celebração, ocorrida em **06/05/2024**, podendo, no interesse da ABGF, ser prorrogado até o limite de 05 (cinco) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento de cada item demandado ao **CONTRATADO**, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo Fiscal do contrato, de acordo com as condições e preços ajustados no contrato, conforme determina a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11.01.2012, publicada no Diário Oficial de 12.01.2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE

12.1 O reajustamento tem como finalidade a manutenção da justa remuneração decorrente da suscetibilidade inflacionária dos Contratos.

12.2 Nos Contratos firmados pela ABGF, o reajuste em sentido estrito será concedido automaticamente e prescinde de prévio pedido administrativo pelo **CONTRATADO**.

12.3 O valor deste Contrato será reajustado pelo Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, conforme orientação da IN 01/2019, Art. 24 – SGD/ME, utilizando-se o percentual acumulado dos últimos 12 (doze) meses, observando a última publicação do ICTI que antecede a data do reajuste.

12.4 Caso o índice de reajustamento estabelecido neste Contrato seja extinto ou de qualquer outra forma não possa mais ser utilizado, o reajustamento utilizará como expressão para cálculo o índice geral de preços mais vantajoso para a **CONTRATANTE**, apresentado por instituição oficial.

12.5 O intervalo de 01 (um) ano completos necessários para o cálculo do reajuste terá como marco inicial a data da celebração deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação da conformidade do recebimento desta contratação.

13.2 O Fiscal ou substituto do Contrato exigirá o cumprimento da descrição do equipamento em conformidade com o Termo de Referência, assim como a Ordem de Serviço de modo a não interferirem no andamento dos trabalhos nos setores da **CONTRATANTE**.

13.3 O Fiscal deste Contrato ou seu substituto deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

13.4 O Fiscal deste Contrato ou seu substituto, ao verificar qualquer inconformidade deverá comunicar à Gerência Administrativa e Financeira - GAFIN, em tempo hábil, para que sejam adotadas as medidas convenientes e necessárias a cada caso, ensejando notificação ao **CONTRATADO**, para a adequação contratual.

13.5 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pelo **CONTRATADO** ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Referência, neste Contrato, e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

13.6 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do **CONTRATADO**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1 Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no Artigo 81 da Lei nº 13.303/2016, e na vigente Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017 – Anexo X.

14.2 O **CONTRATADO** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços objeto deste Contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1 Este Contrato poderá ser rescindido por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas neste Contrato, sem prejuízo das sanções estabelecidas.

15.2 Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.3 Será considerada falta grave, para fins de rescisão contratual a não manutenção das condições de habilitação.

15.4 O atraso na prestação da Garantia superior a 25 (vinte e cinco) dias poderá ensejar a rescisão deste Contrato.

15.5 Na hipótese de rescisão unilateral pela **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** isenta integralmente a **CONTRATANTE** do pagamento de quaisquer multas ou encargos advindos da extinção antecipada deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº 13.303/2016 e dos normativos internos, dos princípios de Direito Público, quando cabíveis, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, além das regras gerais e princípios de Direito Público, sempre que cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO

17.1 Este Contrato guarda conformidade com o Termo de Referência, com a Dispensa de Licitação nº 90009/2024, vinculando-se, ainda, à Proposta do **CONTRATADO** e demais documentos constantes do Processo nº 013/2024-ABGF que, independentemente de transcrição, integram este Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO E DA SUBROGAÇÃO

18.1 Não será permitida a subcontratação e a sub-rogação do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1 Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal, em Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato Administrativo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes das partes.

Brasília, 06 de maio de 2024.

Representante legal da **CONTRATANTE**

Maíra Madrid Barbosa da Silva
Presidente

Adriana Paranhos Pinto
Diretora Administrativa e Financeira

Representante legal do **CONTRATADO**

Assinatura da Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome
CPF

2. _____
Nome
CPF

ANEXO I – ORDEM DE SERVIÇO

Ordem de Serviço nº xxx/2024

IDENTIFICAÇÃO	
Nº do Contrato:	
Objeto:	
CONTRATADO:	

DESCRIÇÃO DA ENTREGA

PRAZO DE ENTREGA

OBSERVAÇÕES

Brasília-DF, xx de xxxxxxxxx de 2024.

Nome do Fiscal
Fiscal de Contrato
Portaria nº xxx/2024 – ABGF

ANEXO II - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

Pelo presente instrumento, o Microempreendedor Individual **ALESSANDRO RODRIGUES SOARES** 73386200168, inscrito no **CNPJ nº 24.871.569/0001-90**, com endereço na Av. Jequitiba, nº 685, Loja 34, Águas Claras – Brasília-DF, CEP: 71929-540, neste ato, representada por seu [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED], portador(a) do Registro Geral nº [REDACTED], inscrito(a) no CPF sob o nº [REDACTED], perante a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias – ABGF, na qualidade de prestador de serviços, declara estar ciente e concordar com a **Política de segurança da Informação** composta por suas Diretrizes Gerais, Normas, Procedimentos e Instruções, que foram apresentadas por ocasião da celebração do contrato.

Declaramos, também, estar ciente de que todos os acessos realizados à internet, pelos funcionários por nossa empresa alocados na **CONTRATANTE**, bem como o conteúdo das mensagens enviadas através do Correio Eletrônico corporativo são monitorados automaticamente.

Declaramos, ainda, que todos os funcionários de nossa empresa, alocados na **CONTRATANTE**, estão cientes das responsabilidades descritas nas normas da Política de Segurança da Informação e que, a não observância desses preceitos, implicará na aplicação das sanções previstas no Normativo de Ação Disciplinar.

Brasília-DF, 06 de maio de 2024.

Assinatura da Contratada

ANEXO III - DECLARAÇÃO - VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

O **CONTRATADO** DECLARA, sob as penas da Lei, que:

1. Seus sócio(s), dirigente(s) ou administrador(es) não é(são) empregado(s) ou dirigente(a) da **CONTRATANTE** e não possui(em) vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos dos artigos 1.591 a 1.595 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil) com:

- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) em área da **CONTRATANTE** com gerenciamento sobre o contrato ou sobre o objeto do presente contrato/credenciamento;
- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área demandante da contratação/licitação/credenciamento;
- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área que realiza o credenciamento/licitação/contratação;
- autoridade da **CONTRATANTE** hierarquicamente superior às áreas supramencionadas.

2. Não tem e que não contratará prestador(es) para a execução de serviço objeto deste contrato/credenciamento, com vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos dos artigos 1.591 a 1.595 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil) com empregado(s) **CONTRATANTE** que exerça cargo(m) em comissão ou função de confiança ou com dirigente(a) **CONTRATANTE**:

- em área da **CONTRATANTE** com gerenciamento sobre o contrato ou sobre o serviço objeto do presente credenciamento/contrato;
- na área demandante do credenciamento/contratação/licitação;
- na área que realiza o credenciamento/licitação/contratação.

Brasília-DF, 06 de maio de 2024.

Assinatura da Contratada

ANEXO IV - CONFORMIDADE À LEI Nº 13.709 DE 14 DE AGOSTO DE 2018 – LGPD

Pelo presente instrumento, o Microempreendedor Individual **ALESSANDRO RODRIGUES SOARES** 73386200168, inscrito no **CNPJ nº 24.871.569/0001-90**, com endereço na Av. Jequitiba, nº 685, Loja 34, Águas Claras – Brasília-DF, CEP: 71929-540, neste ato, representada por seu [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED], portador(a) do Registro Geral nº [REDACTED], inscrito(a) no CPF sob o nº [REDACTED], perante a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias – ABGF, doravante denominado **CONTRATADO**, na qualidade de prestadora dos serviços indicados no preâmbulo, declara o seguinte:

1.1. O CONTRATADO aceita e se obriga a observar as seguintes regras relativas ao tratamento de dados pessoais:

1.1.1. O CONTRATADO se obriga a atender e respeitar integralmente as disposições da Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados, no que toca ao tratamento de dados pessoais necessário para execução deste Contrato, motivo pelo qual todo e qualquer tratamento de dados dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º. e/ou 11 da Lei Geral de Proteção de Dados, às quais se submeterão os serviços e apenas para alcançar os propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

1.1.2. O CONTRATADO, para execução do presente Contrato, eventualmente poderá receber dados pessoais compartilhados pela **CONTRATANTE**. Nesta hipótese, independentemente do modo como se dê o compartilhamento, o **CONTRATADO** será considerada como agente de tratamento, operadora dos dados pessoais.

1.1.3. O tratamento dos dados pessoais pelo CONTRATADO, em razão deste Contrato, somente deverá ser realizado para as finalidades estritamente relacionadas ao Contrato firmado entre as Partes, sendo vedada a utilização de tais informações para fins diversos dos constantes neste Contrato, utilizando-as, ainda, quando for o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ANPD. Caso o **CONTRATADO** realize o tratamento dos dados pessoais a que teve acesso para quaisquer outras finalidades, o **CONTRATADO** será inteiramente responsável como controladora dos dados pessoais e sensíveis que tratar para as finalidades diversas da contratual, responsabilizando-se integralmente pela legalidade do tratamento e por quaisquer danos ocasionados aos titulares.

1.1.4. Os dados pessoais compartilhados em razão deste Contrato entre as Partes CONTRATANTES devem ser considerados informações confidenciais, sendo aplicáveis aos dados pessoais as mesmas disposições da Cláusula de Confidencialidade.

1.1.5. O CONTRATADO se obriga a adotar todas as medidas técnicas e administrativas necessárias para garantir a proteção dos dados pessoais tratados em razão deste Contrato.

1.1.6. Cada Parte **CONTRATANTE** deverá auxiliar a outra Parte **CONTRATANTE** quanto à adoção de medidas relacionadas aos dados pessoais tratados em razão deste Contrato, caso necessário. Nessa hipótese, o Controlador será responsável por indicar, expressamente, a medida a ser adotada pela outra Parte, devendo, o Operador, adotar todas as medidas cabíveis e possíveis visando garantir a integridade, disponibilidade e o sigilo dos dados pessoais ora tratados.

1.1.7. Em caso de término do Contrato firmado entre as Partes **CONTRATANTES**, independentemente do motivo, o **CONTRATADO**, na hipótese de ter em sua posse dados pessoais que obteve da **CONTRATANTE**, de qualquer forma, em razão deste Contrato, deverá reuni-los e devolvê-los e, ainda, eliminar tais informações, no prazo de 10 (dez) dias úteis. Caso a manutenção dos dados pessoais seja necessária mesmo após o encerramento do Contrato, o **CONTRATADO** deverá informar expressa e formalmente à **CONTRATANTE** de sua necessidade, justificando-a em conformidade com a Lei 13.709/18 e/ou legislações e regulamentos próprios que regem a matéria, conforme o caso.

1.1.8. O **CONTRATADO** declara que, no caso de omissão no presente Contrato quanto ao tratamento de dados pessoais, deverá consultar a **CONTRATANTE** e, subsistindo real dúvida, aplicar a Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e/ou legislações atinentes.

1.1.9. O **CONTRATADO** se compromete ainda a proteger os direitos fundamentais da liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive em meios digitais.

1.1.10. Os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais obtidos, seguirão um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que atendam a utilização da Tecnologia da Informação e Comunicação previstos na Política de Privacidade de Dados Pessoais da **CONTRATANTE**.

1.1.11. Os dados obtidos em razão deste Contrato serão armazenados pelo **CONTRATADO** em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e seu adequado controle, com transparente identificação do perfil dos credenciados ao acesso, permitindo assim a rastreabilidade de cada transação e a livre apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento destes dados com terceiros.

1.1.12. No que tange ao presente Contrato, com relação aos tratamentos de dados decorrentes desta relação jurídica, tem-se que tais tratamentos serão realizados pelo período determinado em lei.

1.2 O **CONTRATADO** dará conhecimento formal aos seus empregados e prestadores de serviços quanto ao inteiro teor da presente cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade da **CONTRATANTE**, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento de dados pessoais de que trata o presente Contrato.

1.3. O **CONTRATADO** cooperará com a **CONTRATANTE** no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos de titulares previstos na Lei Geral de Proteção de Dados e demais legislações e regulamentos atinentes à espécie.

1.4. O **CONTRATADO** informará imediatamente a **CONTRATANTE** quando do recebimento de qualquer solicitação de um titular de dados, a respeito dos seus dados pessoais, e abster-se-á de responder qualquer solicitação em relação aos dados pessoais do solicitante, exceto na eventual existência de instruções previamente passadas pela **CONTRATANTE** ou conforme exigido pela Lei Geral de Proteção de Dados e regulamentos emanados pela ANPD.

1.5. O Encarregado do **CONTRATADO** deverá contatar formalmente o Encarregado da **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contado da ocorrência de qualquer incidente de segurança que implique em violação ou risco de violação de dados pessoais, para que o Encarregado da **CONTRATANTE** possa adotar todas as providências cabíveis e previstas na legislação e regulamentações atinentes.

1.5.1 Nos termos do item 1.5 acima, o **CONTRATADO** comunicará qualquer incidente de segurança envolvendo informações e dados pessoais tratados em razão deste Contrato sobre qualquer violação ou vulnerabilidade à proteção de dados que tiver conhecimento no âmbito de sua atuação na execução deste Contrato. A Comunicação deverá conter (i) data e hora do incidente; (ii) data e hora da ciência do incidente; (iii) tipo de incidente; (iv) a descrição da natureza dos dados pessoais afetados e as informações sobre os titulares envolvidos; (v) indicação das medidas técnicas e de segurança tomadas para resposta ao incidente e ações para evitar novos incidentes; (v) riscos relacionados ao incidente; (vi) motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido realizada em 24 (vinte e quatro) horas após conhecimento do incidente; e (vii) medidas que foram ou serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do incidente.

1.6. A exclusivo critério do Encarregado da **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** poderá ser provocada a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais.

1.7. Eventuais responsabilidades da Parte **CONTRATANTE** serão apuradas nos termos do Contrato, bem como conforme disposto na Seção III, Capítulo VI da Lei Geral de Proteção de Dados.

Brasília-DF, 06 de maio de 2024.

Assinatura da Contratada

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

Pelo presente instrumento, o Microempreendedor Individual **ALESSANDRO RODRIGUES SOARES** 73386200168, inscrito no **CNPJ nº 24.871.569/0001-90**, com endereço na Av. Jequitiba, nº 685, Loja 34, Águas Claras – Brasília-DF, CEP: 71929-540, neste ato, representada por seu _____, _____, _____, _____, portador(a) do Registro Geral nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, em atendimento à Política de Partes Relacionadas da ABGF e afim de afastar interesses secundários perante a **Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias – ABGF**, DECLARA:

(x) que essa empresa **não possui** em seu quadro de administração pessoa com influência relevante ou envolvida em decisão de interesse exclusivo da ABGF.

() que essa empresa **possui** em seu quadro de administração pessoa com influência relevante ou envolvida em decisão de interesse exclusivo da ABGF.

_____ (identificar quem)

Segue abaixo quadro com relação de administradores da empresa:

ADMINISTRADORES	CPF
*****	*****

Qualquer modificação na informação acima, durante o período de execução do Contrato, será representada à ABGF, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias a contar da alteração.

Brasília-DF, 06 de maio de 2024.

Assinatura da Contratada